

Retomada do emprego no pós-pandemia

Recuperação pode ser lenta em economias com mão de obra pouco qualificada, como a nossa

Cecilia Machado

Economista, é professora da EPGE (Escola Brasileira de Economia e Finanças) da FGV

Na sexta (8), saíram os assustadores números do mercado de trabalho nos EUA: em abril, o número de pessoas empregadas se reduziu em 20,5 milhões, e a taxa de desemprego saltou dez pontos percentuais, de 4,4% para 14,7%, o maior valor da série histórica desde 1948.

No Brasil, os números mais recentes divulgados pelo IBGE são do primeiro trimestre móvel (janeiro a março) de 2020, quando a taxa de desocupação permaneceu relativamente estável em 12,2% (ante 12,7% no mesmo trimestre do ano anteri-

or), com queda do contingente de desocupados em 537 mil (de 13,4 milhões para 12,9 milhões).

Mas é difícil acreditar que os impactos da Covid-19 no mercado de trabalho venham a ser comparativamente tão melhores, dados os muitos cadastros para o auxílio emergencial e pedidos de seguro-desemprego que já se observam aqui.

O falso bom desempenho brasileiro vem principalmente da defasagem nas informações oficiais que estão disponíveis, já que, em crises drásticas e repentinas, até mesmo

poucos dias fazem diferença.

O lapso temporal entre coleta e divulgação da Pnad Contínua, a interrupção da publicação do Caged e a ausência de informações em tempo real sobre a concessão de auxílios nos deixam completamente desatualizados sobre os ajustes que já devem estar acontecendo no mercado de trabalho.

Por outras fontes, a resposta no mercado de trabalho já é visível, como a redução no índice de antecedentes de emprego calculado pelo Ibre. Os dados oficiais relativos aos pró-

ximos meses — quando e se saírem — devem mostrar significativa deterioração.

Mas será que observaremos os mesmos impactos no mercado de trabalho brasileiro que estamos vendo nos EUA? Difícil saber, já que variações no emprego dependem da capacidade das economias de se ajustarem à interrupção e reorganização de suas atividades produtivas.

Se de um lado os custos trabalhistas e as cláusulas de proteção ao emprego são maiores no Brasil, existe também parcela expressiva da força de traba-

lho em contrato ultraflexível: os informais. Adicionalmente, o Programa Emergencial de Manutenção do Emprego e da Renda, instituído pela MP 936, trouxe bem-vinda reposição de renda aos trabalhadores que tiveram jornada de trabalho reduzida ou contratos de trabalho suspensos durante a pandemia.

O programa, que incentiva a continuidade dos vínculos trabalhistas, é importante manobra em crises temporárias, como, ao que tudo indica, estamos vivendo agora.

Vale lembrar que, dos 23,1 milhões de desempregados nos EUA, 18,1 milhões estão desligados temporariamente e esperam ser realocados aos seus antigos trabalhos à medida que a economia se recupera.

Mais preocupante é o número de desligamentos permanentes, que subiu de 544 mil para 2 milhões nos EUA. Para quem experimenta esse tipo de desli-

gamento, os efeitos são duradouros não só no mercado de trabalho mas em outras dimensões, como saúde física e mental e decorrente dependência de auxílios assistenciais.

O mundo pós-pandemia fornecerá também muitos novos ingredientes na retomada do emprego. Por exemplo, o isolamento social desencadeou a adoção de diversas tecnologias, tanto em ambientes corporativos quanto domésticos, em potencial substituição a serviços e atividades executados por trabalhadores menos qualificados.

A pandemia, que deverá mudar nossa cesta de consumo e serviços, terá efeitos no trabalhador inserido nessas atividades. Os impactos de longo prazo podem ser muito maiores, e a retomada, muito mais lenta do que se imagina, em especial em economias em que a mão de obra é pouco qualificada e pouco produtiva, como a nossa.